

# Formação Contínua de Professores e Tecnologias de Informação e Comunicação no Distrito de Setúbal: um estudo de avaliação

**CLARA PARENTE BOAVIDA**  
Faculdade de Ciências e Tecnologia  
Universidade Nova de Lisboa  
cpb@fct.unl.pt

**Resumo:** A Formação Contínua em Contexto de Prática Efectiva foi um modelo de formação contínua implementado em cinco Centros de Formação de Associações de Escolas do Distrito de Setúbal. Após um ano da sua implementação, optou-se pela realização de um estudo de avaliação que utilizou para recolha de dados o inquérito por questionário. Foi dirigido aos professores a leccionar nas escolas de cada centro. A análise englobou o nível de satisfação dos docentes participantes no estudo, relativamente ao tipo de Formação Contínua que realizaram nos últimos anos e permitiu: conhecer as competências e conhecimentos de base tecnológica dos professores; conhecer as suas necessidades de formação futuras e analisar como são assimiladas pelos professores as novas formas de Formação Contínua quer de carácter misto, presencial e a distância (“*blended-learning*”) quer *online*.

**Palavras-chave:** Avaliação, Formação Contínua de Professores, Tecnologias de Informação e Comunicação.

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo de avaliação teve início em Abril de 2006 após alguns encontros com os dirigentes dos cinco Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAE’s). Decorreu após um ano da implementação do modelo de Formação Contínua em Contexto de Prática Efectiva. Participaram os professores dos CFAE’s de Almada, Arrábida, Moita, Palmela e São

Sebastião. Os dados analisados, através do inquérito por questionário foram recolhidos em Dezembro de 2006. Por esta altura, os acontecimentos que decorriam resultado da sétima alteração do Estatuto da Carreira Docente e do fim do financiamento proveniente do Quadro Comunitário de Apoio definiam características singulares sobre a temática da formação contínua. Intitulou-se um estudo de avaliação porque se pretendia um melhoramento e aperfeiçoamento das práticas e modelos implementados na Formação Contínua de Professores. A avaliação deve ser sistemática e permanente para originar os efeitos desejados. Com este estudo pretendeu-se avaliar o nível de satisfação dos professores que realizaram acções de formação nos cinco Centros de Formação estudados, bem como identificar aspectos que necessitavam de ser reformulados.

Os objectivos do trabalho relacionaram dimensões da Formação Contínua de Professores e das Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente as competências e os conhecimentos tecnológicos dos professores e as formas de ensino-aprendizagem sustentadas por plataformas de gestão da aprendizagem e de trabalho colaborativo. Mais especificamente foram definidas as seguintes questões de investigação:

- Os professores possuem conhecimentos e competências adequadas para uma Formação Contínua em modo *b-learning*?

- Os professores reconhecem o uso do *b-learning* como uma modalidade de formação relevante para as suas necessidades?
- Que razões são mais frequentes para justificar a reduzida ou nula utilização de tecnologias da comunicação no ensino?
- Que influência, nas actividades lectivas e nos resultados escolares, atribuem os professores à Formação Contínua?
- Que avaliação fazem os professores das acções de formação em que participam?
- Que tipo de formação é referida como necessária pelos professores?
- Que professores estão mais receptivos à utilização de sistemas de formação baseados na Internet?

## 2. CONTEXTO DO ESTUDO

A Rede de Centros de Formação de Associações de Escolas da Península de Setúbal é um conjunto de onze Centros de Formação, dos quais cinco (CF de Almada-Tejo, CF de Arrábida, CF da Moita, CF de Palmela e CF de S. Sebastião), fazem parte de um projecto comum. Esse projecto, designado por *A Formação Contínua em Contexto de Prática Efectiva*, traça metas e políticas no sentido de manter actualizado e com elevado nível de qualidade o quadro da Formação Contínua de Professores no Distrito de Setúbal (Neves, 2005). O projecto enfatiza a importância da utilização, na sala de aula, do que se aprende nas acções de formação e salienta a necessidade de avaliação da formação e do seu impacto na comunidade escolar. Da sua implementação, no ano de 2006, resultaram três níveis de parceria: o primeiro nível foi constituído pelos intervenientes dos cinco Centros de Formação de Associações de Escolas: professores, formadores e dirigentes; o segundo nível foi caracterizado pela ligação entre a formação promovida pelos centros e a investigação académica através da parceria com uma Instituição de Ensino Superior e o terceiro nível de parceria foi estabelecido com o Ministério da Educação. As acções de formação em contexto de prática efectiva decorreram na modalidade curso em regime misto, com sessões presenciais e com sessões *online*. A parte presencial,

com duração entre as 8 e as 15 horas, esteve dirigida a problemas ou dificuldades surgidas nas sessões *online*. Na componente a distância, com duração entre as 10 e as 20 horas, os formadores acompanharam o trabalho de colocação dos materiais digitais no sistema *online* de gestão da aprendizagem e de trabalho colaborativo – Moodle e a produção multimédia. A avaliação foi realizada pelo Centro de Formação – avaliação interna – e pela Instituição de Ensino Superior com a qual se estabeleceu um protocolo de consultoria – avaliação externa. No primeiro ano de implementação deste projecto, as acções incidiram preferencialmente, nos conteúdos programáticos do 1.º Ciclo e nos anos iniciais dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e ainda no 1.º ano do Ensino Secundário.

## 3. LEGISLAÇÃO QUE ENQUADRA A FORMAÇÃO CONTÍNUA DE PROFESSORES

A Formação Contínua de Professores, desenvolvida pelos Centros de Formação de Associações de Escolas, teve início em 1992. Até então a Formação Contínua de Professores esteve juridicamente sustentada pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei N.º 46/86 de 14 de Outubro), pelo Ordenamento Jurídico da Formação Contínua de Educadores de Infância e de Professores dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto-Lei N.º 344/89 de 11 de Outubro) e pelo Estatuto da Carreira Docente (Decreto-Lei N.º 139-A/90, de 28 de Abril). Foi no ano de 1992, e no seguimento da Reforma Educativa iniciada em 1986, que se criaram as condições necessárias à implementação do Sistema de Formação Contínua e constituição do Conselho Coordenador de Formação Contínua, o actual Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (Decreto-Lei N.º 274/94 de 28 de Outubro). Foi também neste ano que se criou, pela primeira vez em Portugal, o Regime Jurídico da Formação Contínua com o Decreto-Lei N.º 249/92. O Regime Jurídico foi sendo posteriormente alterado através da Lei 60/93 e dos Decretos-Lei 274/94, 207/96 e 155/99. Em 1998, com o Decreto Regulamentar 11/98 de 15 de Maio, o processo de avaliação do desempenho do docente passou a ser mais exigente sendo necessário a certificação das acções de formação em que o docente participou. Com o Despacho N.º

18039/2008 definiram-se novas orientações para a constituição de centros de formação de associações de escolas.

Nos encontros que se mantiveram com os vários intervenientes deste estudo a expectativa relativamente ao futuro da Formação Contínua de Professores foi uma constante devido à sétima alteração do Estatuto da Carreira Docente e ao fim do financiamento proveniente do Quadro Comunitário de Apoio. Estes dois acontecimentos que presumiram mudanças no actual quadro da Formação Contínua de Professores acentuaram as dúvidas sobre qual o papel da Formação Contínua no desenvolvimento profissional dos docentes e sobre a forma de sobrevivência económica dos Centros de Formação.

#### 4. TECNOLOGIAS EDUCATIVAS EM PORTUGAL

Em Portugal, desde a década de 80 que as Tecnologias de Informação e Comunicação têm sido impulsionadas através de várias iniciativas, sendo o *Projecto MINERVA* (Meios Informáticos no Ensino: Racionalização, Valorização, Actualização) uma das referências. O projecto MINERVA foi a primeira iniciativa financiada pelo Ministério da Educação para a introdução e investigação das Tecnologias de Informação e da Comunicação nos Ensinos Básico e Secundário. Vigorou de 1985 até 1994 e teve como objectivos: equipar as escolas com equipamento informático; formar os professores para a sua utilização; desenvolver *software* educativo e promover investigação sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação desde o Ensino Básico ao Secundário; potenciar as TIC como instrumento de valorização dos professores e do espaço escolar e desenvolver o ensino das TIC para a inserção na vida activa (Coelho *et al.*, 1997). Salientam-se, como principais resultados, a criação de cursos, o lançamento de projectos de investigação conjuntos, a introdução da utilização educacional dos computadores na formação inicial dos professores e a concepção de *software* educativo para estudantes universitários (Ehrmann, 1994).

Seguiu-se o programa Nónio Século XXI com início em Outubro de 1996 e fim em 2002. Dividiu-se em quatro subprogramas: aplicação e

desenvolvimento das TIC; formação em Tecnologias de Informação; criação e desenvolvimento de *software* educativo e disseminação da informação e cooperação internacional. Através deste programa foram criados Centros de Competência, como forma de recuperar as estruturas anteriormente desenvolvidas nas instituições do Ensino Superior através do Projecto Minerva (Coelho *et al.*, 1997).

A iniciativa uARTE, Unidade de Apoio à Rede Telemática Educativa, foi um projecto que teve início em 1997 e conclusão em 2003. Contribuiu para o processo de instalação e ligação das escolas à Internet, desde os Ensinos Básico ao Secundário (Freitas, 1999).

A Edutic foi uma unidade do Ministério da Educação criada no GIASE (Gabinete de Informação e Avaliação de Sistema Educativo), em Março de 2005, numa perspectiva de continuidade do Programa Nónio. Em Julho de 2005 as suas funções foram transferidas para outro órgão: a Equipa de Missão Computadores, Redes e Internet na Escola.

A equipa CRIE foi criada pelo Ministério da Educação em 2005 e concluída em 2007. Teve como principal objectivo a instalação de computadores, redes e Internet nas escolas. A sua missão relacionou-se com “a coordenação, articulação, concepção, realização e avaliação das iniciativas relativas ao uso de computadores, redes e Internet nas escolas” (Rodrigues, 2005). Segundo o Despacho N.º 16793/2005 (2.ª série) que fez o enquadramento legal desta equipa, as áreas de intervenção foram as seguintes: desenvolvimento do currículo de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nos Ensinos Básico e Secundário e respectiva formação de professores; promoção e dinamização do uso dos computadores, de redes e da Internet nas escolas e apetrechamento e manutenção de equipamentos de TIC nas escolas. Esta missão com um período de intervenção de 3 anos visou essencialmente a racionalização das iniciativas TIC no Ministério da Educação; ajudou na promoção da literacia digital e competências TIC de professores e alunos; permitiu a info-inclusão e promoveu a melhoria do ensino e da aprendizagem. O programa mobilizador da equipa CRIE apresentou como eixos de trabalho: o currículo, as competências dos professores, a dinamização, os conteúdos digitais, o apetrechamento e a manutenção. O contexto de trabalho incluiu uma plataforma tecnológica de

sistemas e serviços, uma rede de trabalho em parceria e uma comunidade prática distribuída pelo país. As funções da equipa CRIE foram transferidas para a Equipa de Recursos e Tecnologias Educativas/ Plano Tecnológico da Educação (ERTE/PTE) através do Despacho N.º 18871/2008. Pretende-se que a ERTE/PTE participe activamente nos processos de mobilização e integração do uso das tecnologias e dos recursos educativos digitais nas escolas e nos processos de ensino-aprendizagem. As principais áreas de intervenção relacionam-se com o desenvolvimento da integração curricular das Tecnologias de Informação e Comunicação nos ensino básico e secundário; promoção e dinamização do uso dos computadores, de redes e da Internet nas escolas; concepção, produção e disponibilização dos recursos educativos digitais e orientação e acompanhamento da actividade de apoio às escolas desenvolvida pelos Centros de Competências em Tecnologias Educativas e pelos Centros TIC de Apoio Regional.

Em 2008, em articulação com o Plano Tecnológico da Educação (PTE), foi publicado o *Estudo de Implementação do Sistema de Formação e Certificação de Competências em TIC*. Este estudo salienta que a integração das TIC é fundamental no trabalho quotidiano dos professores e da escola assim como em todas as áreas disciplinares. Refere a importância de os professores terem à sua disposição um conjunto de recursos de qualidade e um espaço de trabalho adequado e moderno e uma adequação dos tempos de trabalho de modo a permitir a planificação de actividades lectivas com recurso às tecnologias. Propõe-se beneficiar os professores que promovam este tipo de actividades lectivas e realizar a avaliação do desempenho docente com valorização do uso e integração pedagógica das TIC. Através do Referencial de Competências em TIC construído, foi desenhado um modelo de formação modular para a aquisição e desenvolvimento de competências para obtenção do *Certificado de Competências Digitais*, *Certificado de Competências Pedagógicas com TIC* e *Certificado de Competências Pedagógicas com TIC de Nível Avançado*. Este modelo de formação é caracterizado pela existência de três módulos comuns e obrigatórios orientados para a aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes; segue-se a escolha flexível de mais três módulos de um conjunto de pelo menos nove de acordo com as necessidades e interesses de cada professor e concluiu-se com mais um

módulo comum de integração das aprendizagens que foram feitas nos módulos anteriores. Para além deste modelo modular de formação contínua realizado em articulação com as escolas e os centros de formação, os professores podem realizar formação no âmbito das actividades dos Projectos Educativos de Escolas (PEE) ou através de percursos de formação autónomos requerendo os certificados através da realização de provas (Costa, 2008).

De acordo com os últimos dados do GEPE (2008b) a relação alunos/computador é de 9,5 para o ano lectivo de 2006/2007 e de 11,7 a relação alunos/computador com ligação à Internet. Tem-se verificado um decréscimo destes valores desde o ano lectivo 2001/2002. Ao nível do parque informático, o número de computadores para o 3.º ciclo e secundário é de 27%, seguindo-se o 1.º ciclo com 20%, o 2.º ciclo com 17% e o pré-escolar com 9%. Tendo em conta a antiguidade dos equipamentos 58% dos computadores das escolas de Portugal Continental têm mais de 3 anos e 42% menos de 3 anos. Nota-se que a maioria dos computadores com mais de 3 anos corresponde a computadores fixos (66%) enquanto que os computadores com menos de 3 anos correspondem a portáteis (86%). Dos computadores com mais de 3 anos 59% têm ligação à Internet e dos computadores com menos de 3 anos 41% têm ligação à Internet. Relativamente a outros equipamentos tecnológicos, 20% das escolas têm projectores digitais, 89% das escolas têm impressoras e 5% têm quadros interactivos (GEPE, 2008a). Em termos de software, os dados do documento citado anteriormente referem que 23% do software instalado nos computadores escolares é para gestão administrativa, 22% para gestão de alunos, 19% para gestão de recursos humanos e 16% para gestão de inventário. A utilização da Internet está, na sua maioria, associada a materiais pedagógicos (35%) e a conteúdos programáticos (23%).

##### **5. QUADRO DE REFERÊNCIA DA FORMAÇÃO CONTÍNUA NO ANO DE 2006 E 2007**

A Equipa de Missão Computadores, Redes e Internet na Escola – CRIE juntamente com o Ministério da Educação uniram esforços para a definição de um Quadro de Referência da Formação Contínua no âmbito das TIC.

Surgiu o Quadro de Referência para a Formação Contínua de Professores na área das TIC para 2006, intitulado QR-FormProfTIC'06, que se prolongou no ano de 2007. Em 2006, a área das Tecnologias de Informação e Comunicação não foi considerada como prioritária para a Formação Contínua de Professores. No entanto, procurou-se dar resposta às necessidades de formação do corpo docente. Este quadro de referência foi definido tendo em conta as orientações do Ministério da Educação juntamente com a iniciativa Ligar Portugal. Segundo o documento, que descreve o Quadro de Referência da Formação Contínua na área das TIC para o ano de 2006 (CRIE, 2005), a Formação Contínua de Professores foi mediada por alguns princípios como por exemplo: integrar modalidades mistas (*blended*), com uma componente presencial e outra a distância, com o apoio de plataformas de aprendizagem (LMS); contextualizar o trabalho quotidiano do professor prevendo uma componente prática de trabalho na escola; prever a criação de produtos e publicação *online* resultantes do trabalho concreto dos alunos com TIC (e.g. portfolios); realizar modalidades activas de formação (e.g. oficina, projecto, círculo de estudos) acreditadas pelo Conselho Científico Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) e prever a avaliação do processo e do impacto da formação.

No ano de 2007, a formação na área das Tecnologias de Informação e Comunicação foi considerada prioritária. O quadro de referência não foi muito diferente daquele que se desenvolveu em 2006. A estabilidade que se espera depois da implementação de um projecto com esta finalidade, contribuiu para o prolongamento desta iniciativa seguindo as mesmas linhas estratégicas (CRIE, 2006a). No Quadro de Referência para o ano de 2007 a equipa de missão CRIE comprometeu-se a: realizar formação e o acompanhamento dos formadores dos Centros de Formação em oficinas de formação a realizar em todo o país; disponibilizar aos Centros de Formação de Professores oficinas de formação correspondentes às cinco áreas de intervenção, para acreditação pelo CCPFC; disponibilizar *online* materiais de apoio à formação para formandos e formadores; disponibilizar plataformas de aprendizagem *online* (LMS) em articulação com os Centros de Competência e acompanhar, apoiar e avaliar a formação a realizar nos Centros de Formação (CRIE, 2006b).

## 6. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO: INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

A metodologia de investigação utilizada neste estudo foi designada pelo termo inglês *survey* ou inquérito por questionário que consiste, no essencial, na descrição de uma determinada realidade. Segundo Cohen, Manion & Morrison (2005, p. 169) “surveys gather data at a particular point in time with the intention of describing the nature of existing conditions, or identifying standards against which existing conditions can be compared, or determining the relationships that exist between specific events”. A informação recolhida resultou do inquérito por questionário – em formato papel e em formato *online* –, que foi validado por um conjunto de docentes escolhidos aleatoriamente. A análise dos dados correspondeu à análise estatística e à análise de conteúdo das perguntas do tipo aberto do questionário. Pretendeu-se reunir informação sobre: a utilização de computadores pelos professores; as tarefas de realização autónoma com um computador; a influência das TIC nas actividades lectivas e na formação dos professores; as razões pelas quais alguns professores não utilizam as TIC com os seus alunos; a opinião sobre as acções de formação de professores que fazem uso intensivo das redes computacionais; as necessidades futuras de formação e a caracterização das acções de formação em que participaram. O questionário foi constituído por um conjunto de perguntas de resposta fechada – 23 perguntas no total e duas de resposta aberta. Pertencendo ao conjunto de questões fechadas existiram nove sobre a identificação do inquirido. No total obtiveram-se 1191 questionários válidos. Em anexo a este documento encontra-se o questionário utilizado.

## 7. RESULTADOS

A maioria dos docentes ( $N=1144$ ) tem entre 10 (5,1%) e 20 (4,7%) anos de serviço docente. Residem maioritariamente nos concelhos em estudo ( $N=1191$ ): 29,9% das respostas equivalem ao concelho de Setúbal; 22,9% ao concelho de Almada; 13,8% ao concelho de Palmela e 11,6% residem no concelho da Moita. No total das respostas ( $N=1186$ ) verifica-se que 4,6% correspondem a uma idade de 42 anos sendo a maioria do sexo feminino (76%,  $N=1191$ ). Todos os questionários válidos são de professores que leccionam nos concelhos em estudo: Almada 31,7%; Moita 25,8%; Palmela

11,8% e Setúbal 30,8%. A sua maioria é professor do Quadro de Escola (73,7%,  $N=1191$ ) com o grau académico de licenciatura (85,6%,  $N=1191$ ). O grupo de recrutamento com maior ocorrência é o 110 – 1.º ciclo do Ensino Básico – com 14, 3% de respostas com formação no Ensino Superior Universitário Público, 56,8% ambos com  $N=1191$ . Relativamente à habilitação própria dos docentes, 24,9% diz ter formação educacional integrada na formação inicial e 24,4% diz ter feito a sua profissionalização em serviço.

Ao nível das competências e conhecimentos de base tecnológica a maioria dos professores utiliza computadores regularmente (77,1%,  $N=1191$ ); utiliza o computador no trabalho da escola (87,5%), têm endereço pessoal de correio electrónico (80,4%) e têm banda larga no acesso à Internet na sua habitação (74,8%). Referem que a utilização das TIC no ensino e na formação é importante em alguns temas (70,4%), pode contribuir para melhorar significativamente a qualidade do ensino (48,8%) e pode contribuir para melhorar significativamente a qualidade da formação (52,8%). O uso intensivo das redes computacionais na formação só faz sentido se conjugar os meios de formação *online* com actividades presenciais (46,9%). Como principais motivos para a não utilização das TIC na sala de aula referem: insuficiente formação no uso das tecnologias (72,9%), falta de apetrechamento multimédia na sala de aula, falta de suporte técnico na escola (47,9%) e falta de conhecimentos técnicos (45,3%).

A formação contínua em que participaram caracteriza-se por decorrer de uma forma presencial (68,5%), na modalidade curso/módulo (45,8%), nas áreas da didáctica e/ou temas do seu grupo disciplinar (37,3%) e das tecnologias educativas (30,5%). Apresentou recursos adequados e foi útil para a prática docente. Como aspectos negativos da formação contínua em que participaram referiram a pouca utilidade na melhoria dos resultados escolares dos alunos, pouca relação com o trabalho na sala de aula, falta de tempo, falta de apoio tecnológico nas escolas e formadores pouco especializados na área de formação.

Como necessidades futuras de formação referem as áreas da didáctica específica e das tecnologias educativas, na modalidade curso/módulo, dentro do horário laboral e a decorrerem na escola.

## 8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Em suma, e de acordo com as alterações no actual quadro da Formação Contínua de Professores referidas por alguns docentes, a Formação Contínua de Professores devia existir fora do horário pós-laboral, disponibilizada no espaço de trabalho dos docentes, ou seja na escola, no horário de trabalho dos professores, num tempo destinado à Formação Contínua. Devia estar orientada para a área específica, recorrendo às Tecnologias de Informação e Comunicação, cruzando o presencial com a componente *online*, facilitando ao professor a organização e gestão do seu plano de formação.

Recomenda-se a continuidade de estudos deste tipo como forma de recolha e análise sistemática da informação permitindo a regulação e monitorização do trabalho desenvolvido, bem como a compreensão do que poderá ser melhorado. Uma outra condição que este estudo evidenciou é a vontade demonstrada pelos professores para uma maior oferta de formação na área das Tecnologias Educativas que proporcione uma melhoria da sua fluência tecnológica e que permita uma transferência simples desses conhecimentos para a prática na sala de aula. Recorde-se que o modelo de formação proposto, no âmbito do Plano Tecnológico da Educação, contempla muitos dos tópicos concluídos neste estudo, como por exemplo: a integração das TIC no trabalho diário do professor e da escola, em cada área disciplinar; a efectiva utilização das TIC no espaço da sala de aula com equipamento adequado e actual; a adequação dos tempos de trabalho e de formação dos professores; a possibilidade de formação no espaço da escola e a flexibilidade do plano de formação de acordo com as necessidades e interesses de cada professor e da escola onde trabalham (Costa *et al*, 2008).

Propõe-se a existência de um sistema *online* integrado de informação sobre necessidades e contextos de Formação Contínua, com a possibilidade de leitura dos indicadores a cada momento. As inscrições dos professores nas acções de formação passariam a ser inteiramente *online*, com a resposta obrigatória antes da inscrição, a um questionário *standard*, que pudesse ser utilizado regularmente para recolha de informação sobre as competências tecnológicas dos professores bem como a sua disponibilidade e escolha de acções de formação. Os dados, disponíveis por escola, por nível de ensino, por área disciplinar, etc., seriam utilizados pelos responsáveis dos centros

para o planeamento das actividades. O desenvolvimento de uma rede a nível nacional, com a interconexão de dados para todos os centros, seria a mais valia.

#### AGRADECIMENTOS

Um agradecimento especial aos directores dos cinco Centros de Formação de Associações de Escolas que participaram neste estudo e a todas as pessoas que intervieram na sua concepção.

#### 9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COELHO, J. D., MONTEIRO, A., VEIGA, P., & TOMÉ, F. (1997). *O Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*. Lisboa: Missão para a Sociedade da Informação/ Ministério da Ciência e da Tecnologia.
- COHEN, L., MANION, L., & MORRISON, K. (2005). *Research Methods in Education* (5 ed.). London: RoutledgeFalmer.
- COSTA, F. (coord.) (2008). *Competências TIC, estudo de implementação (Vol. 1)*. Lisboa: Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).
- CRIE (2005). *Quadro de Referência da Formação Contínua de Professores na Área das TIC – 2006*. Consultado a 2007-05-24 em [http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1155727253\\_QuadrodereferenciaFormTIC2006.pdf](http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1155727253_QuadrodereferenciaFormTIC2006.pdf).
- CRIE (2006a). *Implementação do Quadro de Referência 2007*. Consultado a 2007-10-07 em [http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1165843481\\_form2007\\_implementacao.pdf](http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1165843481_form2007_implementacao.pdf).
- CRIE (2006b). *Quadro de Referência da Formação Contínua de Professores na Área das TIC - 2007*. Consultado a 2007-10-05 de [http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1165843420\\_form2007\\_quadro\\_referencia.pdf](http://www.crie.min-edu.pt/files/@crie/1165843420_form2007_quadro_referencia.pdf).
- EHRMANN, S. C., SOMEKH, B., WITHERS, R., & GRANDBASTIEN, M. (1994). *Relatório dos Avaliadores do Projecto MINERVA*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento de Programação e Gestão Financeira.
- FREITAS, J. C. (1999). De onde vimos e para onde vamos: o futuro da Internet na escola. *O futuro da Internet: estado da arte e tendências de evolução* (pp. 183-196). Lisboa: Edições Centro Atlântico.
- GEPE (2008a). *Estatísticas da Educação 06/07*. Consultado a 2008-11-19 em [http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=7&fileName=EE2007\\_SECURED.pdf](http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=7&fileName=EE2007_SECURED.pdf)
- GEPE (2008b). *Modernização Tecnológica das escolas 2006/07*. Consultado a 2008-11-19 em [http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=7&fileName=Moderniz\\_Tecnologica.pdf](http://www.gepe.min-edu.pt/np4/?newsId=7&fileName=Moderniz_Tecnologica.pdf)
- NEVES, N. (2005). *Modelo de Formação em Contexto de Prática Efectiva*. Almada: Centro de Formação Almada-Tejo.
- RODRIGUES, M. L. (2005). Despacho. Consultado a 2007-04-17 em <http://www.crie.min-edu.pt/index.php?section=96>.

**Abstract:** The Continuing Professional Development in the context of effective practice was a model of teachers' training implemented in five Schools Associations' Training Centers in the District of Setúbal. After a year of its implementation it took place an assessment study using a survey, directed to the teachers that teach in the schools of the five Centers. The analysis approached teachers' level of satisfaction participating in the study about the type of Continuing Training in which they enrolled in recent years; it allowed to know teachers' ICT skills and knowledge; it allowed to identify future training needs and examine how new models of Continuing Training are understood by teachers in either blended or distance learning.

**Keywords:** Assessment study, Continuing Professional Development, Information and Communication Technologies.

**Texto:**

- Submetido em Fevereiro de 2009

- Aprovado em Março de 2009

**Como citar este texto:**

BOAVIDA, Clara P. (2009). Formação Contínua de Professores e Tecnologias de Informação e Comunicação no Distrito de Setúbal: um estudo de avaliação. In *Educação, Formação & Tecnologias*; vol.2 (1); pp. 102-109, Maio de 2009, disponível no URL: <http://eft.educom.pt>.